

## Bancários intensificam luta contra metas abusivas



Bancos de todo o país foram às ruas e redes sociais em 11 de abril para denunciar o assédio e a pressão dos bancos de abuso e pela pressão sobre a conquista de metas e os prejuízos que esta prática causa nos trabalhadores da categoria. **Página 3**

### SELIC

Juros altos derrubam o PIB, mas não a inflação

**Página 2**

### Programa de prevenção à violência de gênero marca avanço no histórico de lutas da categoria



**IGUALDADE DE OPORTUNIDADE**  
Trabalhadores conquistam avanço na implementação de ações para conscientização de violência contra mulher

Com manifestações nas ruas e nas redes sociais, categoria lança a campanha Menos Metas, Mais Saúde para denunciar o adoecimento decorrente da cobrança abusiva de metas inatingíveis

### PREVI

Funcionários do BB cobram entrega da revisão da tabela PIP

**Página 2**

# Selic a 13,75% derruba crédito e bloqueia produção

A taxa básica de juros (Selic) em 13,75% tem criado problemas estruturais na economia, como quebra de empresas e entraves para a produção, gerados pela forte queda no crédito para o setor empresarial. A tendência é de crescimento do desemprego.

Mesmo com esse cenário recessivo, o Banco Central do Brasil (BC) parece insistir na política dos juros altos. A instituição informou que o crédito corporativo concedido em fevereiro foi de R\$ 166 bilhões, 8,6% a menos que janeiro.

Dados do BC também mostram que o crédito pelo sistema financeiro caiu 9,5%, de R\$ 466 bi em janeiro para R\$ 421,9 bi em fevereiro. Empréstimos a empresas encolheram 8,1% e foram de R\$ 194 bi para R\$ 178 bi.



Como lembra a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e vice-presidenta da CUT, Juvandia Moreira, “taxas civilizadas giram entre 2% e 3%, e juro tão alto assim é uma postura criminosa que acaba com o emprego e a renda e empobrece o trabalhador”.

## Sinal amarelo

O setor varejista é o mais

afetado até agora. Além do caso Americanas, que abalou o mercado de crédito corporativo, a cervejaria Petrópolis e a rede de modas Amaro pediram recuperação judicial.

O elevado custo do crédito pessoal aprofunda essa crise ao inibir compras financiadas.

Os juros para pessoa física estão na casa dos 35% ao ano, mas o cheque especial bate os

130% e o rotativo do cartão, os 411% ao ano. Quedas acentuadas nas vendas ao consumidor final preocupam, pois elas aumentam a dificuldade entre as empresas para fazer caixa, e o efeito dominó pode esfriar a economia ou até paralisá-la.

## Sinal vermelho

As montadoras, fundamentais para a economia girar tanto quanto o setor varejista, também têm dado sinais de alerta. Em fevereiro e março, o segmento começou a dar férias coletivas a seus trabalhadores.

Os registros históricos mostram que, se o setor não se reaquecer, a próxima fase será de demissões. As vendas estão em ritmo baixo em especial pelas taxas de juros, que chegam a triplicar o valor do carro financiado.

Fonte: Contraf-CUT

## Datafolha:

80% aprova pressão pela queda de juros

O Datafolha divulgou uma pesquisa revelando que 80% dos entrevistados concordam com a pressão que o presidente Lula (PT) faz ao Banco Central pela redução da taxa básica de juros da economia brasileira, a chamada Selic. Ainda segundo o recorte da pesquisa, 71% considera que a taxa está mais alta do que deveria; 55% que a Selic é muito alta e 16% que está um pouco alta.

Desde fevereiro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) vem realizando diversas manifestações, com o mote #JurosBaixosJá, nas ruas e em materiais didáticos propagados nas redes sociais, que incluem vídeos com economistas e informações sobre o impacto desta política monetária sobre a vida das pessoas e no crescimento do país.

Com a taxa básica de juros no patamar atual, 13,75%, o Brasil continua com a maior taxa de juros real do mundo, na frente de México (taxa de 5,53%), Chile (4,71%) e Colômbia (3,04%), em ranking que leva em conta juros de 40 países. Os efeitos disso são a retração do consumo e do investimento produtivo, o que impede a economia de crescer mais.

Fonte: Contraf-CUT

## Selic em 13,75% pode gerar quebra de empresas

Juros altos fazem a economia travar. Em 13,75% ao ano, a taxa básica de juros (Selic), que é definida pelo Banco Central (BC), dá ao Brasil o indigesto título de país com os juros reais mais altos do mundo, da ordem de 7,5% ao ano.

Nesses patamares, os juros causam danos sistêmicos à economia e podem levá-la à estagnação, o que agravaria o quadro social brasileiro, que já soma 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. “Nós queremos a economia forte, gerando emprego e renda para todos os trabalhadores. Manter os juros altos é sabotagem”, declarou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e vice-presidenta da CUT, Juvandia Moreira.

### Risco de quebra de empresas

Os estragos alcançam toda a cadeia produtiva. Só no primeiro bimestre deste ano, por exemplo, 195 empresas pediram falência ou concordata, número 60% maior do que no mesmo período de 2022.

Conforme avaliação de especialistas, em 2023 esse número deverá ser em média 50% maior do que em 2022, o que totalizaria mais de 1.200 pedidos de recuperação judicial ao longo do ano.

Fonte: Contraf-CUT

## Juros altos derrubam o PIB, mas não a inflação

A taxa básica de juros (Selic) no patamar tão elevado, de 13,75% ao ano, tem gerado uma crise de crédito, em especial para o setor empresarial, e derrubado a produção no Brasil.

Com as elevadas taxas, com juros reais na casa de 7,5% ao ano, o gasto do governo com serviços da dívida explode: de novembro de 2020 ao mesmo mês de 2022 foi de pouco mais de R\$ 300 bi para os R\$ 600 bi.

Esses pagamentos comprometem grande parte do orçamento público, que poderia ter outra utilização em cenário de juros menores, em especial obras públicas, responsáveis por estimular a produção como um todo.

Para a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e vice-presidenta da CUT, Juvandia Moreira, “os favorecidos são apenas os bancos, que possuem quase 30% dos títulos públicos federais, e os rentistas, que especulam no mercado financeiro, sem produzir ou gerar postos de trabalho”.

### BC culpa inflação

O Banco Central (BC) justifica a Selic nos estratosféricos

13,75% como recurso de controle da inflação. “Mas isso só funciona quando os preços sobem por causa da demanda, que não é o caso atual”, explicou a presidenta da Contraf-CUT.

“No Brasil, a inflação decorre de outros fenômenos, como os elevados preços de produtos estratégicos, combustível, por exemplo, em função de fatores internacionais, como a guerra entre Rússia e Ucrânia, além de fatores climáticos que impactam nos preços dos alimentos. Os juros têm que cair, não dá para esperar”, defende Juvandia.

### Perspectivas

Com os altos juros estrangulando o setor produtivo, o BC estima queda na atividade econômica do país, com o Produto Interno Bruto (PIB) em queda livre: 5% em 2021, 3% em 2022, 0,9% em 2023 e 1,5% em 2024.

Juvandia alerta que “essa política monetária produz todos os componentes para bloquear a produção, o consumo e o investimento no setor produtivo, com a consequente queda do número de empregos e da renda”.

Fonte: Contraf-CUT

# Bancários intensificam luta contra metas abusivas



Bancários de todo o país foram às ruas e às redes sociais, no dia 11 de abril, para denunciar o assédio e a pressão realizada pelos bancos na cobrança abusiva pelo cumprimento de metas e os prejuízos que esta prática causa nos trabalhadores da categoria. As atividades marcaram o lançamento da campanha Menos Metas, Mais Saúde, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e por seus sindicatos e federações filiados. A campanha terá duração de seis meses.

“Há anos reivindicamos que as metas e as formas de cobranças do seu cumprimento sejam estabelecidas com a participação dos trabalhadores que

terão que cumpri-las, mas os bancos alegam que se trata de uma questão de gestão e que esta decisão cabe somente a eles”, disse o secretário de Saúde do Trabalhador, Mauro Salles. “As consequências são desastrosas para os trabalhadores. O cenário de adoecimento físico e mental da categoria piora a cada ano, com transtornos psicológicos e as LER/Dort. E, nos últimos tempos, também tem aumentado o número de suicídios entre os bancários”, completou.

Durante as manifestações, os sindicalistas distribuíram boletins e panfletos para os trabalhadores, clientes dos bancos e a população que transitava pelas ruas.

Fonte: Contraf-CUT

## Congresso instala inédita Frente Antirracismo

O Congresso Nacional instalou, no dia 11 de abril, a Frente Parlamentar Mista Antirracismo, integrada por 36 senadores e 111 deputados federais, com a função de combater o racismo no Brasil. Como anunciou o senador Paulo Paim (PT-RS), autor da iniciativa, “em toda a história da República, esta é a maior frente parlamentar mista já criada”.

O evento, para Paim, é simbólico para o Brasil. “Estou aqui há quase 40 anos, e é a primeira vez que estamos instalando uma frente mista de combate ao racismo. Na Constituinte, éramos quatro na bancada negra. Hoje estamos aqui com uma lista de cerca de 150 parlamentares”, disse o senador.

Coordenadora da coalizão, a deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG) afirmou que essa “é mais uma estratégia de aquilombamento do movimento negro brasileiro, para que a gente avance em uma agenda legislativa antirracista urgente”. Ela também garantiu que o objetivo é tornar a

Frente “um instrumento para enfrentar o trabalho análogo à escravidão, o extermínio da juventude negra e o feminicídio que acomete principalmente as mulheres negras”.

Para o secretário de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Almir Aguiar, a criação da Frente mostra que “as lutas antirracistas estão num momento histórico, mais favorável ao debate e à conquista de direitos, porém os movimentos sociais devem ampliar sua mobilização”.

Almir afirma que o fim do racismo deve ser visto como um componente da estabilidade social. “Sempre repetimos que enquanto houver discriminação e preconceito, não teremos democracia de fato. Banir o racismo é uma questão civilizatória, importante como o fim da miséria, das violências contra a mulher e dos crimes contra indígenas e a população LGBTQIA+. Por isso é uma luta de todos”.

Fonte: Contraf-CUT

## Programa de prevenção à violência de gênero marca avanço no histórico de lutas da categoria



O Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) se reuniram no dia 10 de abril para o lançamento do Programa Nacional de Prevenção à Violência contra as Mulheres, de conscientização da sociedade, incluindo das bancárias e bancários no ambiente de trabalho, sobre o combate à violência de gênero.

“Hoje, nós damos mais um passo importante no contexto de uma série de conquistas que a categoria bancária obteve com muita luta e organização, ao longo dos anos, na pauta de Igualdade de Oportunidade, que inclui o combate à violência de gênero dentro e fora do ambiente de trabalho, com o acolhimento das bancárias que sofrem com a violência doméstica”, destacou a coordenadora do Comando Nacional dos Bancários e presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandira Moreira.

Ela lembrou que a inclusão do tema de Igualdade de Oportunidades nas mesas de negociação com os bancos foi uma conquista da categoria em 2000. “Ao longo desta luta, descobrimos que, além de lutar por igualdade de oportunidade para mulheres e homens no trabalho, que é uma questão da vida pública, também precisávamos falar da vida privada”, completou, explicando que a violência doméstica impacta na produtividade das mulheres no trabalho, seja por motivos psicológicos ou por motivos de saúde. “Em briga de marido e mulher temos, sim, que meter a colher, porque machuca não só a mulher, mas toda a sociedade”, arrematou.

Fonte: Contraf-CUT

## Bancário será indenizado por problemas decorrentes de assédio moral

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu que um bancário do Paraná sofreu assédio moral no ambiente de trabalho e condenou o Banco Bradesco S.A. ao pagamento de R\$ 50 mil de indenização. Ele também receberá reparação material decorrente de diversas doenças desenvolvidas em razão do trabalho. A decisão foi unânime.

### Perseguição, humilhação e metas impossíveis

O trabalhador foi contratado em 1982 pelo Bamerindus, adquirido pelo HSBC em 1997 e, posteriormente, pelo Bradesco, em 2015. Segundo a reclamação trabalhista, foi em 2013, após o ingresso de um novo gestor, que ele começou a enfrentar problemas como perseguição, humilhação e cobrança pelo atingimento de “metas impossíveis”. A partir disso, começou a desenvolver fobia e sentimentos como incompetência, frustração, irritabilidade, isolamento e desmotivação.

### Infarto

Em meados de 2014, buscou tratamento médico, quando veio o diagnóstico: ansiedade generalizada e transtorno de adaptação. As doenças psiquiátricas levaram ao seu afastamento pelo INSS e culminaram, em março de 2016, na aposentadoria por invalidez, quando estava com 53 anos. Em maio do mesmo ano, foi vítima de um infarto do miocárdio e diagnosticado com doença coronariana isquêmica, que afeta vasos sanguíneos do coração. Conforme atestado médico, esses problemas têm, entre os fatores de risco, os transtornos psiquiátricos.

No mesmo ano, ele ingressou na Justiça do Trabalho para pedir indenização por danos morais e materiais em razão de doença ocupacional, além de indenização por assédio moral. Segundo ele, em mais de 30 anos de trabalho, sempre desenvolvera as atividades sem problemas, e os exames médicos periódicos realizados em 2011 atestaram que estava apto para o trabalho.

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho

## Caixa:

# Acusações contra ex-presidente continuam sem desfecho

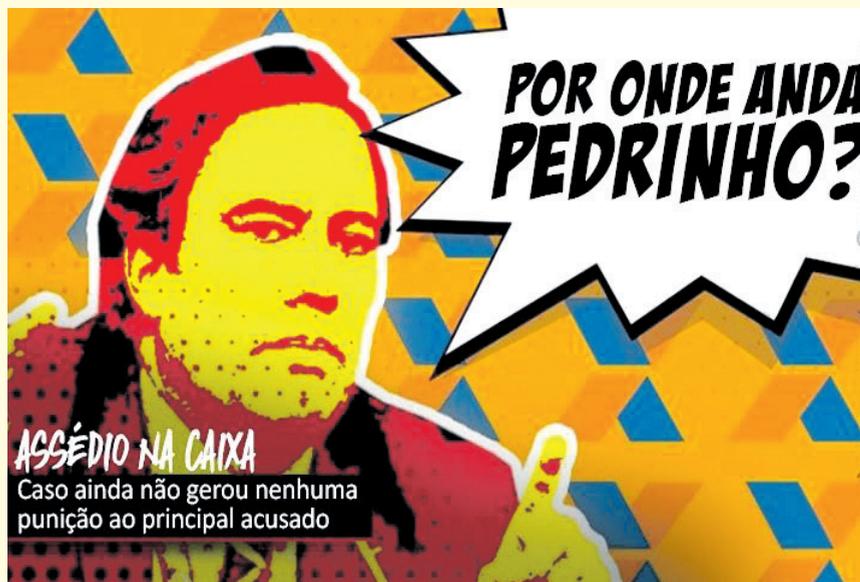
Um ano após as denúncias de assédio moral e sexual contra o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, o caso, que tem desdobramentos nas esferas trabalhista e criminal, ainda não tem um desfecho.

“A Caixa fez um acordo com o MPT (Ministério Público do Trabalho) para reduzir a indenização que a ela foi imputada. Mas, defendemos que os prejuízos sejam cobrados de quem cometeu a infração. Pois, se o banco tiver que pagar, quem acaba arcando com o ônus é a própria sociedade”, disse a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt, ao defender que os valores sejam

cobrados de Pedro Guimarães, caso as denúncias sejam comprovadas. O presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Sergio Takemoto, pede que seja feita a justiça no caso de assédio sexual. “Que a justiça seja feita e que haja punição dos culpados. Essa é a expectativa de todos os empregados”, disse.

### Responsabilidade da Caixa

Para a coordenadora da CEE, a responsabilidade da Caixa deve ser adminis-



trativa. “O banco precisa garantir que as denúncias das empregadas e empregados

sejam ouvidas e as investigações não sejam engavetadas. Também deve garantir o si-

gilo e evitar que haja retaliações contra os denunciadores. As pessoas que sofrem com o assédio não podem sofrer novamente com as perseguições”, disse.

### Outros processos

A Caixa ainda enfrenta outros processos decorrentes da gestão pelo medo implementada quando era comandada por Pedro Guimarães. No mês passado, o banco foi condenado a pagar R\$ 3,5 milhões pelo episódio de 2021 em que o ex-presidente coagiu funcionários a fazerem flexões.

Fonte: Contraf-CUT

## Previ: Funcionários do BB cobram entrega da revisão da tabela PIP

Já se passaram quase seis meses desde a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que trouxe como um dos principais avanços a revisão do critério da Pontuação Individual do Participante (PIP), sistema de cálculos usados na Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) que permite aos trabalhadores do BB, associados ao plano Previ Futuro, somarem mais recursos à aposentadoria. Entretanto, até o momento, o banco ainda não apresentou a nova tabela, para que a medida seja implementada.

“A cada mês sem a entrega da revisão da PIP é um mês em que os associados estão sendo prejudicados”, pontuou

Fernanda Lopes, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) na Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB). “A mudança de cálculo da PIP significa uma melhora substancial no benefício dos aposentados do plano Previ Futuro e o movimento sindical está cobrando uma mesa com o banco para debater o tema e uma data efetiva para a implementação do novo modelo de cálculo”, completou.

### Entenda

A revisão da tabela PIP é uma antiga reivindicação dos trabalhadores, que impacta na contribuição adicional, conhecida como 2B, que pode

variar de 1% a 10% do salário de participação dos associados do Previ Futuro, com o BB contribuindo com o mesmo percentual que o participante. “A 2B aumenta à medida que o funcionário evolui na sua carteira funcional”, explicou Getúlio Maciel, representante da Federação dos Bancários no Estado de São Paulo (Fetec-SP) na CEBB.

“O que nós procuramos fazer com a proposta de revisão, presente no novo ACT, é mudar isso, para que mais associados da Previ tenham oportunidade de realizar contribuições adicionais superiores e, desta forma, aumentar suas chances de engordar a aposentadoria no futuro”, reforçou Maciel.

Fonte: Contraf-CUT

## TST condena Santander a indenizar bancária com depressão após assalto a agência

Por unanimidade, a Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou o banco Santander a pagar R\$ 60 mil, a título de reparação, a uma funcionária que teve transtorno depressivo severo após assalto à agência onde trabalhava, em setembro de 2006, no bairro de Vila Prudente, zona leste de São Paulo.

De acordo com o relato da então coordenadora de operações, a agência foi assaltada por “sete homens fortemente armados, além de outros à espreita do lado de fora”. Eles portavam falsas credenciais de policiais militares. Assim, entraram e renderam seguranças, funcionários e clientes. Todos foram obrigados a se deitar no chão.

“Refém por cerca de 30 minutos, ela teve seus pertences pessoais também levados pelos assaltantes. Após o episódio, passou a apresentar síndrome depressiva decorrente do grave estresse sofrido”, informa o TST. Na decisão de primeira instância (Vara do Trabalho), a indenização foi fixada em R\$ 50 mil. Na segunda (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região), o valor subiu para R\$ 60 mil pela doença ocupacional, sem considerar reparação pelo transtorno psicológico.

Fonte: Rede Brasil Atual